



**PREFEITURA DE
SÃO PAULO**
SECRETARIA
DA SAÚDE

**PREFEITURA DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
DIVISÃO TÉCNICA DE SUPRIMENTOS
SETOR DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**
Rua Dr. Siqueira Campos, 172 – Liberdade – CEP 01509-020 – São Paulo

EXTRATO

**ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 288/2025-SMS.G
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6018.2024/0031167-8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2025/SMS.G
ORGÃO GESTOR: SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE
DETENTORA: LITMUS MEDICAL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
CNPJ: 46.989.096/0001-63
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE KIT PARA
PARTO DE EMERGÊNCIA
VIGÊNCIA:01/04/2025 A 01/04/2027**

**ITEM 01 - KIT PARA PARTO DE EMERGENCIA
PREÇO UNITÁRIO: R\$ 970,45/KIT
MARCA:VENKURI
FABRICANTE: VENKURI INDUSTRIA DE PROD.MEDICOS LTDA
EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: PRIMÁRIA: KIT
SECUNDÁRIA: CX C/ 03 KITS
REGISTRO NO M.S:10363909009
PROCEDÊNCIA:NACIONAL
SUPRI: 1106502000101229**

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO

UNIDADES	MENSAL	ANUAL
	ITEM 01	
REDE BÁSICA	712	8.544
SAMU	150	1.800
TOTAL GERAL	862	10.344

**-DEMAIS ESPECIFICAÇÕES CONFORME PUBLICAÇÃO NO DOC/SP DE 03/04/2025.
-PRORROGADO CONFORME PUBLICAÇÃO EM DOC/SP DE 12/01/2026.
-T.A. DE PRORROGAÇÃO PUBLICADO EM DOC/SP DE 13/02/2026.**



ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 288/2025-SMS.G
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 6018.2024/0031167-8
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90045/2025/SMS.G

Ao 1º dia do mês de abril do ano dois mil e vinte e cinco, no Gabinete da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, situado na Rua Dr. Siqueira de Campos, 176 – 5º andar – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP: 01509-020, de um lado, a **PREFEITURA DE SÃO PAULO**, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**, pelo Diretor da Divisão de Suprimentos, senhor **APARECIDO DUARTE DE OLIVEIRA**, por força da delegação conferida pela Portaria nº 890/13-SMS.G, de 30 de maio de 2013, doravante designada, simplesmente, **SMS**, e, de outro, a empresa **LITMUS MEDICAL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA**, CNPJ nº **46.989.096/0001-63** com sede na Rua Helena, 170 - complemento: CONJ 71 - Vila Olímpia, São Paulo - SP, 04552-050, e-mail: litmusmedical@gmail.com, telefone: (11) 3794-0458, vencedora e adjudicatária do **PREGÃO ELETRÔNICO** suprarreferido, neste ato representada pelo seu procurador, senhor. **ROGGER LEANDRO DE JESUS SANTOS**, RG 48.487.932-7 SSP/SP, CPF 390.060.028-79, empresário, brasileiro, casado, doravante denominada, simplesmente, **DETENTORA**, face homologação do PE **90045/2025/SMS** na plataforma de compras COMPRASGOV em 19/03/2025, resolvem firmar o presente instrumento, objetivando registrar o preço do material discriminado na cláusula segunda, em conformidade com os termos do Edital do Pregão e seus Anexos e a proposta da DETENTORA, que integram o presente instrumento para todos os efeitos legais, bem como as seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Constitui objeto desta Ata o **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE KIT PARA PARTO DE EMERGÊNCIA**, descritos e especificados no **Anexo I** do Edital do **Pregão nº 90045/2025/SMS**, cujos termos são parte integrantes deste instrumento, nas condições a seguir ajustadas:



CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO

2.1 O preço registrado nesta Ata refere-se ao seguinte item:

ITEM 01 - KIT PARA PARTO DE EMERGENCIA

PREÇO UNITÁRIO: R\$ 970,45/KIT

MARCA:VENKURI

FABRICANTE: VENKURI INDUSTRIA DE PROD.MEDICOS LTDA

EMBALAGEM/APRESENTAÇÃO: PRIMÁRIA: KIT

SECUNDÁRIA: CX C/ 03 KITS

REGISTRO NO M.S:10363909009

PROCEDÊNCIA:NACIONAL

SUPRI: 1106502000101229

2.2 O preço a ser pago pelo fornecimento realizado será aquele registrado neste instrumento, independentemente da data da entrega do objeto.

2.3 O preço registrado compreenderá todos os custos necessários à execução do objeto desta Ata de Registro de Preço, incluso frete até os locais de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REAJUSTE DE PREÇO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO

3.1. Os preços registrados e os contratos deles decorrentes poderão ser reajustados após 1 (um) ano da data base fixada na Ata de Registro de Preços.

3.2. Os preços registrados poderão ser adequados pela Comissão de Revisão de Preços e Pedido de Reequilíbrio Econômico-Financeiro nos termos da Portaria 083/2023/SMS.G, em função da dinâmica do mercado, com elevação ou redução de seu respectivo valor.

CLÁUSULA QUARTA – VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇO

4.1. O prazo de vigência da presente Ata de Registro de Preços é de um ano, prorrogável por até igual período, nos termos do art. 99 do Decreto Municipal nº 62.100/22, mediante o cumprimento satisfatório das obrigações da Detentora, bem como aferição de vantagem técnica/econômica mediante pesquisa mercadológica.



- 4.1.1. O atendimento do item 4.1, nas hipóteses em que os contratos decorrentes da utilização de Ata de RP onerarem dotação orçamentária referente à transferência de recursos de outro ente federativo, fica condicionada à observação da legislação do respectivo órgão.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO PRAZO DE ENTREGA

- 5.1. O consumo médio estimado dos materiais, cujos preços são registrados nesta Ata, está distribuído, pela ordem, entre as seguintes unidades requisitantes:

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO

UNIDADES	MENSAL	ANUAL
	ITEM 01	
REDE BÁSICA	712	8.544
SAMU	150	1.800
TOTAL GERAL	862	10.344

- 5.2 Os materiais deverão ser entregues pela DETENTORA nos seguintes endereços:

UNIDADE SOLICITANTE		ENDEREÇO	TELS. (11)
REDE HOSPITALAR	ALMOXARIFADO CENTRAL – SMS-3	Av. Jaguaré, 818 CEP.: 05346-000	3572-1752 / 3572-1704 / 3768-4797
SAMU	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA	Av. Jaguaré, 818 CEP.: 05346-000	3572-1752 / 3572-1704 / 3768-4797

- 5.3 A presente Ata de Registro de Preços não obriga a Administração a firmar as contratações de que dela poderão avir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, devidamente justificada, sendo assegurada à DETENTORA a preferência em igualdade de condições.

- 5.3.1 As unidades requisitantes deverão certificar-se da conveniência de utilizarem a presente ata de registro de preço, realizando prévia pesquisa dos preços correntes no mercado para fornecimento do produto, nas mesmas condições previstas neste instrumento.

- 5.4 O contrato de fornecimento, apenas estará caracterizado após o recebimento pela DETENTORA das ordens de fornecimento, emitidas pelas unidades requisitantes, as quais deverão ter sido precedidas da emissão da competente nota de empenho após a publicação do despacho autorizatório no D.O.C.

- 5.4.1 Quando cabível a lavratura de termo de contrato, a DETENTORA deverá passar recibo na cópia, enviada via e-mail, que



necessariamente lhe acompanhará, devolvendo-a também através de e-mail, no prazo de 03 (três) dias úteis, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos.

- 5.5 A entrega da nota de empenho e a assinatura do termo contratual (quando este for exigível) ficarão condicionadas à apresentação, pela DETENTORA, dos seguintes documentos, devidamente atualizados:
- 5.5.1 Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante a apresentação de Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
 - 5.5.2 Certificado de regularidade de situação perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;
 - 5.5.3 Comprovação da inexistência de registro em nome da empresa junto ao CADIN – Cadastro Informativo Municipal.
- 5.6 Caso necessário, a DETENTORA deve atualizar suas informações no cadastro de credores do município em tempo hábil para emissão da Nota de Empenho.
- 5.7 A requisição de compra e a ARP poderão ser canceladas e o fornecedor penalizado, em caso de demora na atualização da documentação ou na regularização de qualquer situação impeditiva à realização da compra.
- 5.8 A partir da notificação formal, por meio eletrônico, informando a possibilidade de cancelamento da requisição de compra e da ARP, a DETENTORA terá dois dias úteis para regularização da documentação;
- 5.9 A DETENTORA estará obrigada a atender a todas as ordens de fornecimento, expedidas durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, mesmo que a respectiva entrega esteja prevista para data posterior a de seu termo final;
- 5.10 As ordens de fornecimento, juntamente com as notas de empenho, serão enviadas via e-mail, contendo data de expedição, quantidade pretendida, preço unitário e total, local e prazo para entrega, carimbo e assinatura do responsável pela unidade requisitante;
- 5.10.1 Ao receber a ordem de fornecimento e a nota de empenho, via e-mail, a DETENTORA deverá delas passar recibo nas cópias que necessariamente lhe acompanharão, devolvendo-as também através de e-mail, NA MESMA DATA DO RECEBIMENTO, à unidade requisitante para que seja juntada aos autos dos processos de requisição e de liquidação e pagamento.
- 5.11 A DETENTORA é responsável por garantir as condições necessárias para recebimento por meio eletrônico das Ordens de Fornecimento, Notas de



- Empenho e documentos equivalentes, atualizando seu endereço eletrônico sempre que necessário;
- 5.12 O prazo máximo para entrega do produto será de 10 (dez) dias úteis, contados a partir do dia útil seguinte ao envio da Ordem de Fornecimento por meio eletrônico à DETENTORA;
- 5.12.1 O descumprimento do prazo estipulado no item 5.12 dará ensejo à aplicação das multas contratualmente previstas;
- 5.13 A entrega do objeto na unidade requisitante deverá ser acompanhada de nota fiscal ou nota fiscal fatura, bem como da cópia reprográfica da ordem de fornecimento e da nota de empenho;
- 5.14 As notas fiscais deverão conter os números dos lotes correspondentes a cada entrega, bem como a marca e o nome do fabricante do produto.
- 5.15 As unidades requisitantes não poderão receber produto diferente daquele objeto do registro de preço, sob pena de responsabilidade de quem tiver dado causa ao fato.
- 5.16 Constatadas irregularidades no objeto entregue, a unidade requisitante poderá:
- 5.16.1 Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.16.1.1 Na hipótese de substituição, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito;
- 5.16.2 Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;
- 5.16.2.1 Na hipótese de complementação, a DETENTORA deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado.
- 5.17 O recebimento do objeto dar-se-á definitivamente, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da entrega da fatura ou de documento equivalente, uma vez verificado o atendimento integral da quantidade e das especificações contratadas, mediante termo de recebimento definitivo ou recibo, firmado pelo servidor responsável.
- 5.18 O recebimento do material pelo órgão requisitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do



produto verificadas posteriormente, garantindo-se ao órgão requisitante as faculdades previstas no art. 18 da Lei nº 8.078/90.

- 5.19 As embalagens deverão ser acondicionadas conforme praxe do fabricante, trazendo impressa a indicação quantitativa, qualitativa, número de lote, data de fabricação e prazo de validade.
- 5.20 Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega somente serão analisados pela Administração caso sejam requeridos até a data final prevista para a entrega e desde que estejam instruídos com as devidas justificativas e comprovação.
 - 5.20.1 Os pedidos instruídos em condições diversas das previstas anteriormente serão indeferidos de pronto.
- 5.21 A licitante vencedora deverá entregar no máximo até 3 (três) lotes de cada material, conforme ordem de fornecimento, junto ao Almoxarifado Central - CDMEC.
 - 5.21.1 A licitante deverá solicitar autorização junto a SMS-3/Diretoria de Suprimentos, para entrega(s) com quantitativo(s) superior(es) ao citado no item 5.21.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

- 6.1 O prazo de pagamento será de 30 (trinta) dias, contados da data final do adimplemento de cada fornecimento.
- 6.2 Em havendo atraso no pagamento, por culpa exclusiva da SMS, os valores devidos serão acrescidos da respectiva compensação financeira, mediante requerimento expresso da DETENTORA, nos termos da Portaria SF nº 05 de 05 de janeiro de 2012.
 - 6.2.1 Para fins de cálculo da compensação financeira de que trata o subitem 6.2, o valor do principal devido será reajustado utilizando-se o índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança e de juros simples no mesmo percentual de juros incidentes sobre a caderneta de poupança para fins de compensação da mora (TR + 0,5% “pro-rata tempore”), observando-se, para tanto, o período correspondente à data prevista para o pagamento e aquela data em que o pagamento efetivamente ocorreu.
- 6.3 Para processar-se o pagamento, a DETENTORA deverá submeter à unidade requisitante a competente nota fiscal, acompanhada, cópia reprográfica da nota de empenho e da respectiva ordem de fornecimento.
 - 6.3.1 Nas hipóteses em que a DETENTORA deva proceder a ajustes da documentação necessária ao pagamento, o prazo será interrompido e reiniciará a partir da data em que se der a regularização.
- 6.4 O pagamento será retido se houver pendências no CADIN.



- 6.5 Estando em termos a documentação apresentada, o pagamento devido será depositado na conta corrente que a DETENTORA deverá manter no BANCO DO BRASIL, conforme estabelecido no Decreto nº 51.197, de 22 de janeiro de 2010.
- 6.5.1 Em sendo a unidade requisitante entidade autárquica, a forma de pagamento será a eleita pela administração indireta.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OUTRAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA

- 7.1 A DETENTORA responsabilizar-se-á por todos os prejuízos que porventura ocasione a SMS ou a terceiros, em razão da execução dos fornecimentos decorrentes da presente Ata.
- 7.2 Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos **2/3 (dois terços)** do prazo de validade total. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliada pela instância gestora das Atas de Registro de Preços – Divisão de Suprimentos / SMS-3, a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder a imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização dos materiais no período de validade.
- 7.3 A DETENTORA estará obrigada a atender a todos os pedidos efetuados durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, ainda que o fornecimento decorrente esteja previsto para ocorrer após o término de sua vigência.
- 7.4 A DETENTORA será responsável pela segurança do trabalho de seus empregados, em especial durante o transporte e descarga dos materiais.
- 7.5 A DETENTORA deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciários, fiscais ou comerciais.
- 7.6 A DETENTORA estará obrigada a comparecer, sempre que solicitada, à sede da Unidade Requisitante, a fim de receber instruções, participar de reuniões ou para qualquer outra finalidade relacionada ao cumprimento de suas obrigações.
- 7.7 A DETENTORA deverá comunicar a SMS.3/Setor de Atas toda e qualquer alteração nos seus dados cadastrais, para atualização.
- 7.8 DETENTORA deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter, durante o prazo de vigência da presente Ata e dos respectivos contratos, todas as condições de habilitação e de participação exigidas no procedimento licitatório que precedeu a celebração deste ajuste.
- 7.9 Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou suspeita de irregularidade o fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde). Os laudos emitidos



serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das especificações prometidas pelo fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

- 8.1** São aplicáveis as sanções e procedimentos previstos no Título IV, Capítulo I da Lei Federal nº 14.133/21 e Seção XI do Decreto Municipal nº 62.100/22.
- 8.1.1** As penalidades só deixarão de ser aplicadas nas seguintes hipóteses:
- a)** comprovação, anexada aos autos, da ocorrência de força maior impeditiva do cumprimento da obrigação; e/ou,
 - b)** manifestação da unidade requisitante, informando que o ocorrido derivou de fatos imputáveis exclusivamente à Administração.
- 8.2** Ocorrendo recusa da adjudicatária em retirar/receber a nota de empenho, dentro do prazo estabelecido neste Edital, sem justificativa aceita pela Administração, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas:
- a)** Multa no valor de 20% (vinte por cento) do valor do ajuste se firmado fosse;
 - b)** Pena de impedimento de licitar e contratar pelo prazo de até 3 (três) anos com a Administração Pública, a critério da Prefeitura;
- 8.2.1** Incidirá nas mesmas penas previstas neste subitem a empresa que estiver impedida de firmar o ajuste pela não apresentação dos documentos necessários para tanto.
- 8.3** À licitante que ensejar o retardamento da execução do certame, inclusive em razão de comportamento inadequado de seus representantes, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida neste edital, não manter a proposta/lance, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, se microempresa ou pequena empresa não regularizar a documentação fiscal no prazo concedido para este fim, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, serão aplicadas as penalidades referidas nas alíneas “a” e “b” do subitem 8.2 ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, a depender da natureza e gravidade da infração cometida e peculiaridades do caso em concreto.
- 8.4** As penalidades poderão ainda ser aplicadas em outras hipóteses, nos termos da Lei, garantido o direito prévio de citação e da ampla defesa, sendo que com relação a multas serão aplicadas como segue:



- 8.4.1** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do ajuste, por inexecução total do objeto.
- 8.4.2** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela inexecutada, por inexecução parcial do ajuste.
- 8.4.3** Multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor do material não entregue por dia de atraso, inclusive nas hipóteses de fixação de prazo para substituição ou complementação, limitada a demora até o máximo de 19 (dezenove) dias do prazo fixado, após restará configurada inexecução do ajuste, parcial ou total a depender se o atraso se deu em parte ou no todo.
- 8.4.4** Multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor do material entregue em desacordo com as especificações do edital e do ajuste, sem prejuízo de sua substituição, no prazo estabelecido.
- 8.4.5** Multa de 2% (dois por cento) sobre o valor do ajuste, por descumprimento de qualquer das obrigações decorrentes do ajuste, não previstas nas demais disposições desta cláusula.
- 8.4.6** Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato, por rescisão do ajuste decorrente de culpa da Contratada.
- 8.5** As sanções são independentes e a aplicação de uma não exclui a das outras, quando cabíveis.
- 8.6** Das decisões de aplicação de penalidade, caberá recurso nos termos dos artigos 166 e 167 da Lei Federal nº 14.133/21, observados os prazos nele fixados, que deverá ser dirigido à SMS-3 - Diretoria de Suprimentos, Rua Dr. Siqueira Campos, nº 172 – Liberdade – São Paulo, Capital, CEP 01509-020, e protocolizado nos dias úteis, das 08h00 às 17h00.
 - 8.6.1** Não serão conhecidos recursos enviados pelo correio, telex, fac-símile, correio eletrônico ou qualquer outro meio de comunicação, se, dentro do prazo previsto em lei, a peça inicial original não tiver sido protocolizada.
 - 8.6.2** Caso a Contratante releve justificadamente a aplicação da multa ou de qualquer outra penalidade, essa tolerância não poderá ser considerada como modificadora de qualquer condição contratual, permanecendo em pleno vigor todas as condições deste Edital.
- 8.7** Os procedimentos de aplicação das penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar e contratar serão conduzidos por comissão, nos termos do artigo 158, “caput” e § 1º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- 8.8** São aplicáveis à presente licitação e ao ajuste dela decorrente no que cabível for, inclusive, as sanções penais estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/21.



CLÁUSULA NONA – DO CANCELAMENTO DA PRESENTE ATA

- 9.1 A presente Ata de Registro de Preço poderá ser cancelada, de pleno direito, pela SMS, assegurado o contraditório e a ampla defesa, quando a DETENTORA:
- 9.1.1 Descumprir as condições estabelecidas no presente instrumento ou normas legais aplicáveis à espécie;
 - 9.1.2 Não firmar os contratos de fornecimentos ou deixar de dar recebimento à nota de empenho e ordem de fornecimento nos prazos previstos;
 - 9.1.3 Não aceitar reduzir o preço registrado na hipótese de este tornar-se superior aos praticados no mercado;
 - 9.1.4 Por razões de interesse público, devidamente motivadas e justificadas pela Administração;
 - 9.1.5 Deixar de possuir qualquer das condições de habilitação e ou de participação exigidas na licitação;
 - 9.1.6 Der causa à rescisão administrativa dos ajustes decorrentes da Ata de Registro de Preços.
- 9.2 A comunicação do cancelamento do preço registrado, nas hipóteses previstas nesta cláusula, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento.
- 9.3 Esta Ata de Registro de Preço poderá ser rescindida nas hipóteses de rescisão dos contratos em geral, com as consequências legalmente previstas.
- 9.3.1 A Ata de Registro de Preço também poderá ser rescindida na hipótese de caracterização superveniente da prestação de trabalho nas condições aludidas no §1º, do art. 1º da Lei municipal nº 15.944/2013.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 10.1 Para a execução desta Ata de Registro de Preços, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma a ele não relacionada, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.



10.2 Fica eleito o foro da comarca do Município de São Paulo para dirimir as eventuais controvérsias decorrentes do presente ajuste.

E por estarem de acordo, as partes Contratantes, foi por mim, Ana Lucia Fernandes da Silva, lavrado o presente instrumento, que lido e achado conforme, é assinado em duas vias de igual teor.

**APARECIDO DUARTE DE OLIVEIRA
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE**

DETENTORA:

LITMUS MEDICAL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
NOME: ROGGER LEANDRO DE JESUS SANTOS
RG Nº 48.487.932-7 SSP/SP
CPF N º 390.060.028-79

Testemunhas:

1) Nome: Ana Lucia Fernandes da Silva
R.G: 19.221.161-4

2) Nome: Marilia Fernanda Costa
R.G: 26.398.100



ANEXO – I - TERMO DE REFERÊNCIA
ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE
KIT PARA PARTO DE EMERGÊNCIA

ITEM 01 - KIT PARA PARTO DE EMERGENCIA

Kit para realização de parto de emergência contendo os seguintes itens:

SUPRI: 1106502000101229

a) AVENTAL, CIRURGICO, DESCARTÁVEL, ESTERIL, TAMANHO XG (02 UNIDADES)

Avental modelo cirúrgico, TAMANHO XG, estéril, uso único, confeccionado em tecido não tecido, trilaminado com gramatura mínima de 50g/m². Costura pôr termo selagem através de ultrassom ou tecnologia compatível; proteção impermeável total com barreira viral; barreira bacteriana de no mínimo 99%. Deve ser respirável, ignífugo (autoextinguível), livre de emendas, manchas ou qualquer defeito que prejudique a finalidade. Decote redondo (tipo careca alto), com acabamento em viés, com acabamento livre de imperfeições, mangas longas com corte raglan mantidas estabilizadas mesmo com os braços e mãos em movimento, providas de punho elástico em malha de algodão canelada. Fechamento total com sistema de transpasse lateral ou nas costas e fixação através de pares de amarrilhos ou velcro ou botão no pescoço e pares de amarrilhos na cintura, possuir cartão para transferência asséptica no fechamento do avental. Deverá ter toalha absorvível para secagem das mãos de uso único. Embalado individualmente com dobra cirúrgica que assegure a vestimenta com técnica asséptica. Medidas aproximadas 145cm de comprimento x 175cm de largura. Exibir no corpo do produto a marca do fabricante. O produto deverá atender alto desempenho da ABNT NBR 16064/2021. Tolerância +/- 5% nas medidas.

b) CAMPO CIRURGICO LAMINADO (2 UNIDADES)

Campo Cirúrgico estéril, uso único, confeccionado em SMS laminado 45g/m², na cor azul, medindo 100cm x 200cm, com fita adesiva hipoalergênica na medida de 40cm, colada na extremidade superior do campo.

c) COMPRESSA DE CAMPO OPERATORIO 45 X 50 CM (2 UNIDADES)



Compressa Campo operatório estéril, uso único, em tecido 100% algodão, formado com quatro camadas, fixadas e entrelaçadas entre si de forma a evitar deslizamento das camadas, medindo 45X50cm e peso aproximado 35 gramas, capacidade de absorção adequada a finalidade, macia, hidrófila, pré-lavadas, isenta de manchas, impurezas, fiapos, rasgos, furos ou substâncias alergênicas, com dispositivo para fixação, na forma de alça, sem ou com elemento radiopaco, fio ou fita, firmemente fixado ao seu corpo. Tolerância de variação nas medidas aproximadas de +/- 10%.

d) CLAMP PARA CORDÃO UMBILICAL (03 UNIDADES)

Clamp para ligadura de cordão umbilical, estéril, confeccionado em poliamida ou resina resistente, atóxico, antoalérgico na cor branca capaz de adaptar-se ao diâmetro do cordão umbilical e manter pressão constante e uniforme mesmo após o encolhimento, mumificação ou dissecação do coto, possuir fecho de segurança inviolável, e as bordas do clamp deverão ser arredondadas e duplamente serrilhadas de tal forma que o mantenha firmemente fixado ao coto umbilical sendo capaz de assegurar a rápida cicatrização sem riscos de hemorragias ou deslizamentos. Embalado individualmente.

¶

e) SACO PLÁSTICO BRANCO LEITOSO PARA LIXO HOSPITALAR CAPACIDADE 30 LITROS (1 UNIDADE)

Saco plástico para acondicionamento de lixo sólido hospitalar, classe II (resíduos infectantes), na cor branca leitosa, com capacidade para 30 litros, confeccionado com resina termoplástica, virgem ou reciclado, medindo aproximadamente 59cm largura x 62cm altura. Os pigmentos utilizados devem ser compatíveis com a resina empregada, de modo que não interfiram nas características de resistência mecânica e proporcionem a opacidade necessária à aplicação. Deve apresentar solda contínua, homogênea e uniforme, proporcionando uma perfeita vedação e não permitindo a perda de conteúdo durante o manuseio. Acompanha lacre inviolável para perfeito fechamento. Deve atender a NBR 9191 de junho de 2008.

f) Sonda, ASPIRAÇÃO, TRAQUEAL, C/ VALVULA, DESCARTAVEL, ESTÉRIL, NR. 08 (1 UNIDADE)

Sonda de aspiração traqueal, com válvula, estéril, uso único, calibre 08, confeccionada em polivinil ou material similar não prejudicial à saúde, transparente, siliconizada, flexível sem efeito memória, superfície lisa e uniforme, sem rebarbas ou defeitos que prejudiquem sua utilização, medindo aproximadamente 40cm, com extremidade distal provida de válvula e ponta com ranhuras e calibre adequado, permitindo conexões seguras e sem vazamentos, e com extremidade proximal com ponta arredondada atraumática, com orifícios central e laterais em níveis alternados e opostos próximo a ponta, com bordas bem acabadas e diâmetros proporcionais ao calibre.

**g) TOUCA DE TECIDO PARA RN (1 UNIDADE)**

Touca para recém-nascido, confeccionada em tecido de malha macio, 100% algodão, na cor branca. Com punho de malha na borda.

h) BISTURI, C/ LÂMINA, DISPOSITIVO DE SEGURANÇA, DESCARTÁVEL, ESTERIL, NR. 23 (01 UNIDADE)

Bisturi, estéril, uso único, com lâmina nº 23 confeccionada em aço inoxidável ou aço carbono, devidamente afiada, isenta de rebarbas e ou sinais de oxidação; lâmina firmemente fixada ao cabo de plástico. O cabo deve ser resistente, possuir ranhuras, ser de fácil empunhadura e manuseio. Possuir dispositivo de segurança com sistema de retração da lâmina ou sistema de deslize para frente sobre a lâmina, acionado após o uso, com trava definitiva para descarte.

i) CAMPO CIRURGICO PARA RECEPÇÃO DE RN COM CAPUZ (01 UNIDADE)

Campo cirúrgico estéril confeccionado em não tecido laminado, branco, com capuz, impermeável, revestido de polímeros altamente absorventes. Medida aproximada de 100cmx100cm. Matéria prima com barreira microbiana para BFE, VFE e Esporos. Embalado com dobra cirúrgica e reembalado em papel grau cirúrgico. Tolerância de variação nas medidas aproximadas de +/- 5 %.

j) PULSEIRA, IDENTIFICACAO, ADULTO (01 UNIDADE).

Pulseira de identificação adulta, confeccionada em plástico flexível apropriado, ou outro material compatível não prejudicial à saúde, em forma laminar, inteiriça e achatada, resistente, macia, inelástica, hipoalergênica, com bordas atraumáticas e ajustáveis ao uso em adultos. A área reservada ao registro de dados do paciente deverá ser indelével que permita uso de caneta esferográfica, resistente a higienização, e adequada para conter, no mínimo, informações como nome e dados de identificação do paciente. O fecho deverá ser proporcional à pulseira, regulável, seguro, capaz de impedir violação, e permitir realização de exames radiológicos durante o uso. Deverá medir aproximadamente 24cm (+/- 2 cm).

¶

k) PULSEIRA, IDENTIFICAÇÃO, INFANTIL (01 UNIDADE).

Pulseira de identificação infantil, confeccionada em plástico flexível apropriado, ou outro material compatível, em forma laminar, inteiriça e achatada, resistente, macia, inelástica, atóxica, hipoalergênica, com bordas atraumáticas e ajustáveis ao uso em criança. A área reservada ao registro de dados do paciente deverá ser indelével que permita uso de caneta esferográfica, resistente a higienização, e adequada para



conter, no mínimo, informações como nome e dados de identificação da Paciente (Mae) e RN. O fecho deverá ser proporcional à pulseira, regulável, seguro, capaz de impedir violação, e permitir realização de exames radiológicos durante o uso. Deverá medir aproximadamente 17cm (+/- 2 cm).

EMBALAGEM

1. O kit deverá ser acondicionado em embalagem plástica biodegradável de baixa densidade, resistente, transparente, medindo aproximadamente 40cm x 60cm, bordas com selagem uniforme e resistente, que garanta a integridade dos itens, com rotulo descritivo do conteúdo, constando lote, validade, método de esterilização, nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor e procedência, Registro MS ou Isenção, ou Notificação ou Cadastramento.

OBSERVAÇÃO

1. Para os itens A, B, C, D, F, H e I que compõe o conjunto: Os produtos deverão ser embalados individualmente de acordo com as normas de embalagem e esterilização, garantindo abertura e transferência com técnica asséptica. Deverão constar na embalagem, nome do fabricante e CNPJ, nº lote, data de fabricação e/ou data de validade, método de esterilização, nº registro no Ministério da Saúde.

2. Para o item G: Os produtos deverão ser embalados individualmente de acordo com as normas de embalagem garantindo a integridade do produto até o momento do uso. Deverão constar na embalagem, nome do fabricante e CNPJ.

3. Para o item E: Os produtos deverão ser embalados individualmente de acordo com as normas de embalagem garantindo a integridade do produto até o momento do uso. Deverão constar na embalagem, nome do fabricante, CNPJ, capacidade nominal em litros e quilogramas, símbolo de substancia infectante, conforme ABNT NBR 7500: 2013 ou alteração posterior, inscrição de SUBSTANCIA ou RESIDUO INFECTANTE, e atender a NBR 9191 para sacos plásticos para lixo - requisitos e métodos de ensaio de junho de 2008. nº lote, data de fabricação e/ou data de validade.

4. Para os itens J e K: Os produtos deverão ser embalados individualmente de acordo com as normas de embalagem garantindo a integridade do produto até o momento do uso. Deverão constar na embalagem, nome do fabricante e CNPJ, nº lote, data de fabricação e/ou data de validade.



5. Para o kit: KIT PARA PARTO DE EMERGÊNCIA deverá ser embalado de acordo com as normas de embalagem garantindo a integridade do produto até o momento do uso. Deverá constar na embalagem nome e CNPJ do fabricante ou distribuidor e procedência, bem como os itens constantes no conjunto com suas respectivas quantidades.

CONDIÇÕES GERAIS

1. O produto deverá atender à Lei nº 8078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes.
2. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, FICHA TÉCNICA impressa em língua portuguesa, constando o logotipo da empresa, marca, fabricante, e se o caso, país de origem.
3. Por ocasião da entrega na unidade requisitante os produtos devem apresentar validade equivalente a pelo menos 2/3 (dois terços) do prazo de validade total. Na hipótese de absoluta impossibilidade de cumprimento desta condição, devidamente justificada e previamente avaliadas Divisão de Suprimentos SMS-3, a Secretaria poderá, excepcionalmente, admitir a entrega, obrigando-se o fornecedor, quando acionado, a proceder à imediata substituição, à vista da inviabilidade de utilização do (s) produtos no período de validade.
4. O produto deverá ter garantia contra defeitos de fabricação.
5. Declarar marca fabricante e procedência do produto ofertado.
6. O prazo máximo para entrega do produto será de 10 (dez) dias úteis, contados da data do recebimento pela DETENTORA de cada ordem de fornecimento.
7. A licitante vencedora deverá entregar no máximo até 3 (três) lotes de cada material, conforme ordem de fornecimento, junto ao Almoxarifado Central - CDMEC.
 - a. A licitante deverá solicitar autorização junto a SMS-3/Diretoria de Suprimentos, para entrega(s) com quantitativo(s) superior(es) ao citado no item 09.

Somente para os itens: A, B, C, D, F, H e I:

Em caso de suspeita de desvio de qualidade ou suspeita de irregularidade o fornecedor deverá arcar com os custos da análise, em laboratório da REBLAS (Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde). Os laudos emitidos serão considerados suficientes para exigir a substituição do produto quando o resultado da análise for desfavorável, ou seja, diferente das específicas es prometidas pelo



fabricante. Todo produto considerado impróprio ao uso será encaminhado à Vigilância Sanitária para a inutilização nos termos legais.

Somente para os itens A, B e I:

A empresa vencedora deverá apresentar juntamente com as amostras laudo analítico conforme ABNT NBR 16064/2021 ou alteração posterior, que versa sobre os requisitos e métodos de ensaio para aventais cirúrgicos, campos cirúrgicos de paciente e de mesa, confeccionados em não tecido, utilizados como dispositivos médicos para pacientes, equipe médica e equipamentos.

Somente para embalagem biodegradável do KIT:

A empresa vencedora deverá apresentar juntamente com as amostras laudo de biodegradação anaeróbica conforme ASTM D 5511, ou similar, emitido por laboratório de notória especialidade, nacional ou internacional, no segundo caso com respectiva tradução juramentada.

LOCAIS DE ENTREGA

UNIDADE SOLICITANTE		ENDEREÇO	TELS. (11)
REDE HOSPITALAR	ALMOXARIFADO CENTRAL – SMS-3	Av. Jaguaré, 818 – CEP.: 05346-000	3572-1752 / 3572-1704 / 3768-4797
SAMU	SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA	Av. Jaguaré, 818 – CEP.: 05346-000	3572-1752 / 3572-1704 / 3768-4797

CONSUMO MÉDIO ESTIMADO

UNIDADES	MENSAL	ANUAL
	ITEM 01	
REDE BÁSICA	712	8.544
SAMU	150	1.800
TOTAL GERAL	862	10.344



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: LITMUS MEDICAL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
CNPJ: 46.989.096/0001-63

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 16:04:28 do dia 03/02/2025 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/08/2025.

Código de controle da certidão: **1792.FCDD.0F84.1260**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 46.989.096/0001-63
Razão Social: LITMUS MEDICAL EQUIPAMENTOS MEDICOS LTDA
Endereço: R HELENA 170 CONJ71 / VILA OLIMPIA / SAO PAULO / SP / 04552-050

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 17/03/2025 a 15/04/2025

Certificação Número: 2025031710396272198030

Informação obtida em 17/03/2025 15:56:07

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL - CADIN

Comprovante de Inexistência de Registros

Não foram encontradas pendências inscritas no Cadastro Informativo Municipal – CADIN para Pessoa Jurídica abaixo qualificada na data e hora indicada:

CNPJ Raiz: **46.989.096/0000-00**

Data: **01/04/2025**

Razão Social: **LITMUS MEDICAL EQUIPAMENTOS
MEDICOS LTDA**

Hora: **12:40:49**

Número de Controle: **2025-0401-0237-6885**

Artigo 7º da Lei Municipal nº 14.094, de 06 de dezembro de 2005: "A inexistência de registro no CADIN MUNICIPAL não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos."

Este comprovante é expedido gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada no Portal CADIN da Secretaria Municipal Fazenda do Município de São Paulo, no endereço:
<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cadin/> por meio do código: 2025-0401-0237-6885.